



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

A REPRODUÇÃO DOS VALORES CAMPONESES NA SOCIEDADE CONTRADITÓRIA DO CAPITAL

Suzane Tosta Souza
(UESB)

Jânio Roberto Diniz dos Santos
(UESB)

RESUMO

O presente estudo busca refletir sobre o processo de permanência e reprodução camponesa em uma sociedade capitalista. Compreende que o campesinato se reproduz nas contradições desse modo de produção, mas, ao mesmo tempo, que esses sujeitos continuam se reproduzindo no campo através da manutenção dos valores camponeses, reafirmando um modo de vida que não desaparece no tempo e no espaço. Assim, a luta pela permanência dos valores camponeses - a terra, o trabalho e a família - é fundamental para a reprodução desse modo de vida, pautado em valores pouco observados na sociedade do capital. Desse modo, pode-se compreender a reafirmação da cultura camponesa como possibilidade de reprodução e, ao mesmo tempo, enfrentando a tendência "homogeneizante" do capital.

PALAVRAS-CHAVE: Campesinato. Valores camponeses. Modo de vida.

INTRODUÇÃO

Como parte das reflexões realizadas na busca de compreender o campo brasileiro, e suas expressões no Sudoeste da Bahia, o presente texto objetiva refletir sobre os valores camponeses e como esses sujeitos se reproduziram nas contradições do modo capitalista de produção, e através da permanência na terra

· Professores do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Doutores em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe e pela Universidade de São Paulo. Coordenadores do Grupo de Pesquisa Trabalho, Mobilidade do Trabalho e relação Campo - Cidade/CNPq. Pesquisadores do Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamentos Territoriais UFS/CNPq. Membros do Grupo de Estudos Ideologias e Lutas de Classes/Museu Pedagógico/UESB. Coordenadores da Pesquisa: Luta pelo Trabalho na periferia urbana de Vitória da Conquista - UESB/FAPESB/CNPq. E-mails: suzanetosta@gmail.com; jandiniz@yahoo.com.br.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

reproduziram os valores camponeses pautados no apego a terra, na realização do trabalho concreto (ainda que parcialmente), nos valores familiares expressos na solidariedade, nas relações de parentesco, enfim, em uma forma de viver e se reproduzir socialmente pautado em uma lógica predominantemente voltada ao valor de uso, em contraposição aos valores de mercado, pautado única e exclusivamente na produção e realização da mercadoria, no lucro.

Para tanto, nos ancoramos em leituras como: Shanin (1980), Mendras (1978), Luxemburg (1985), Thompsom (1998), bem como Cândido (2001), Woortmam (S.D. e 2004), Marques (2002 e 2002a), Bombardi (2002 e 2004) e outros. Embora não desconsiderando as diferenças nas abordagens desenvolvidas por ambos, busca-se penetrar no universo do camponês a fim de entender os aspectos que fazem com que esta classe permaneça no campo, mesmo numa sociedade dominada pela égide do modo capitalista de produção. Assim sendo, é preciso entender, claramente, que os valores camponeses ainda que subordinados divergem da ordem capitalista baseada na valorização do lucro, do mundo da mercadoria versus o mundo dos seres humanos²⁶⁹. O camponês é entendido enquanto classe social, com base na economia camponesa (SHANIN, 1980), na economia natural x economia de mercado (LUXEMBURG, 1985), ou na economia moral camponesa (THOMPSON, 1998) desenvolvendo outra lógica de reprodução que não a eminentemente capitalista.

Os valores camponeses com base na terra, na família e no trabalho, são considerados fundamentais na reprodução da vida das famílias camponesas, bem como suas crenças, religiosidade, grau de parentesco, e outros (CÂNDIDO, 2001) que fazem com que estes sujeitos sociais permaneçam no campo, mas também passem a ser considerados fundamentais nos estudos sobre o campo, na atualidade.

²⁶⁹ De acordo com expressão desenvolvida por MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Shanin (1980) é enfático ao afirmar que: embora as pautas de conduta determinadas socialmente se encontrarem formalizadas e codificadas pelo direito, estas podem não refletir adequadamente o comportamento social que escapam a formalização legal e que estão definidas por costumes, que atuam como suplemento da lei escrita, vindo até mesmo a se opor a lei e a desafiá-la; já que não representa, e em determinados momentos até desconhece, as suas formas de organização social e de produção, desenvolvidas ao longo do tempo, nos mais diferentes espaços.

Para muchas de las sociedades campesinas, la ley tiende a representar algo impuesto por poderes externos, configurada por las necesidades, intereses, conocimientos y valores de grupos sociales extraños. Por otra parte, el campesinado vive dentro de una estructura consuetudinaria elaborada que expresa sus propias condiciones específicas y su comprensión del entorno circundante. A la vista de esta contradicción, los resultados de cualquier intento de deducir la conducta social campesina a partir de la ley impuesta – ou, igualmente, de la costumbre local, bastante mal definida por lo general – deben ser extremadamente dudosos. (p. 299).

É preciso levar em conta que mesmo que as análises desenvolvidas por Shanin considerem, sobretudo, os camponeses russos de um século atrás, muitas destas características permanecem na atualidade e podem ser constatadas em diversas comunidades brasileiras e, por conseguinte, no Sudoeste da Bahia, cujo valor da terra não se encontra na apropriação privada, via titulação da propriedade, mas pela reprodução social da família, pela herança deixada pelos pais, etc. Por isso, argumentamos que esta terra camponesa caracteriza-se, principalmente, pela sua posse e uso desenvolvidos historicamente pelas famílias.

Exemplos dessa constatação podem ser verificados através da consulta a diversas fontes documentais e orais, no Sudoeste da Bahia, através de conflitos entre posseiros que viviam há décadas na terra, mas não detinham o “título da propriedade”, e cujo pretensão “dono da terra” aparece com tal regulamentação, por



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

via da lei, o que engendra longos e tortuosos conflitos na região, como os ocorridos nas terras denominadas Matas de Pau Brasil e na fazenda São Domingos. Os estudos do direito e do costume rural parecem coincidir quanto ao destaque a principal característica neste campo, que é a propriedade em comum da família campesina, cuja exploração pertence a toda família, “la propiedad familiar y la posesión de la tierra constituyen los reflejos más importantes de la fusión de familia y la explotación agrícola para formar la casa o unidad doméstica campesina, fenómeno característico del campesinado” (p. 301).

O direito de um membro da família consistia na participação no uso da propriedade familiar, já na propriedade privada, de tipo capitalista, o direito cabe a figura do proprietário, que a explora como forma de garantia da renda.

Uma família campesina pode ser caracterizada por uma integração quase total da vida familiar e sua atividade agrícola. A família contribui com a força de trabalho e essa se ligam a toda produção dos bens de consumo básicos da família. A maior parte das famílias campesinas podem ser definidas como “empresas de consumidores-trabalhadores”, cujo objetivo é a necessidade de consumo da família, com escasso ou nenhum uso de trabalho assalariado. Quanto aos laços familiares, pode-se destacar que a família camponesa é constituída por parentes consangüíneos, de duas ou até mais gerações; mas o determinante básico da qualidade de membros da família não são os laços consangüíneos, mas a sua participação total na vida da unidade familiar. Esta unidade implica viver juntos, sob a autoridade do chefe da família, uma organização social e uma divisão do trabalho (SHANIN, 1979).

La familia campesina funcionaba como una unidad de organización social muy cohesiva, com divisiones básicas de trabajo, autoridade y prestigio según líneas familiares establecidas. Por regla general el jefe de la familia era el padre o el miembro más viejo (...). La familia era la unidad básica de producción, consumo, propiedad, socialización, sociabilidad, apoyo moral y ayuda económica recíproca. (p. 26)



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Por isso, acrescenta ainda que a vida campesina caracteriza-se na fonte principal de ocupação, onde os objetivos determinados pelo consumo, os métodos de produção, o uso de mão de obra familiar (prioritariamente), a escassa capacidade de venda do produto e a falta de verificação e controle mediante a contabilidade sistemática em termos monetários, faz da família campesina uma unidade de produção muito diferente da empresa capitalista “racional”.

Mendras (1978) chama atenção para o fato de que a família contemporânea, a qual estamos acostumados, constitui-se numa forma degradada da família camponesa, por isso, faz a opção em não utilizar o termo família, mas *grupo doméstico*, que segundo ele representa “grupo constituído de pessoas que vivem (...) da mesma panela e do mesmo fogo” (p. 65), por isso, o opção em não falar em parentesco, que melhor representaria as sociedades de linhagem, mas que constitui-se em acessório nas comunidades camponesas. Ao estabelecer uma comparação entre o trabalho organizado nas sociedades industriais e as sociedades camponesas destaca que a primeira o faz de forma exterior ao grupo doméstico, diferentemente da economia camponesa que organiza a vida econômica no seio do grupo doméstico. Além disso, destaca que: “em uma economia de autoconsumo, habitação e alimentação, trabalho e vida comuns são mais importantes que o salário” (p. 71), diferentemente da economia capitalista baseada na separação completa entre o produtor direto e os meios de produção, não restando ao mesmo, outra opção a não ser vender a sua força de trabalho e sobreviver, eminentemente, do salário.

Não se pretende, ao resgatar tais características do campesinato, demonstrar a existência e a permanência de um campesinato isolado, à parte das contradições da sociedade capitalista. Este campesinato, ao longo do tempo, sempre travou relações com o mercado, fato que se intensificou bastante nas últimas décadas, tendo em vista as novas demandas do modelo produtivo do



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

capital – que passa a criar estratégias para se apropriar da força de trabalho camponesa. Contudo, é necessária a compreensão da permanência de características fundamentais à existência e reprodução do campesinato.

Ao tratar do processo de expansão industrial europeu, e posteriormente para os Estados Unidos da América, que vai promover profundas transformações espaciais, a partir da separação entre indústria e agricultura, Rosa Luxemburg (1985) vai demonstrar as investidas do capital – da indústria sobremodo, frente à economia natural e a fragmentação de um modelo que unia agricultura e artesanato/manufatura, com base na destruição da indústria rural da economia camponesa, a fim de gerar uma massa de consumidores das indústrias capitalistas em expansão, repercutindo, sobremaneira, na vida dos camponeses. Para ela “o desenvolvimento da produção capitalista conseguiu arrancar da economia camponesa um por um seus ramos artesanais, para concentrá-los na produção fabril maciça” (p. 271). Com isso, o camponês que fabricava parte significativa dos seus instrumentos de trabalho, seus utensílios, e produzia os tecidos, costurava suas roupas, e tinha uma economia baseada no aproveitamento de tudo que a unidade de produção pudesse oferecer, e voltados a satisfação das necessidades da família, passa a ficar dependente do mercado, neste compra seus utensílios, instrumentos de trabalho, roupas e mesmo produtos industrializados.

A indústria floresceu. Foram-se os tempos em que o pequeno e médio camponês viviam quase sem dinheiro no bolso, debulhando seu cereal aos poucos e na medida de suas necessidades monetárias. Agora o fazendeiro precisava sempre ter dinheiro, muito dinheiro para pagar impostos. Por isso vendia logo tudo o que tinha, a fim de adquirir das mãos dos fabricantes as mercadorias de que necessitava, também de uma só vez. (LUXEMBURG, 1985, p. 274).

Vê-se, portanto, a ascensão da racionalidade capitalista que, num primeiro momento, tenta transformar o camponês em fazendeiro e racionalizar a produção,



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

para fins de pagar os impostos devidos e, num segundo momento, convertê-los aos desígnios do capital. No entanto, posteriormente, estes “os fazendeiros” passam a sofrer outro processo de “expropriação” frente à expansão das empresas capitalistas – que se apropriam das “melhores” terras. Estes são obrigados a se deslocar para o Oeste do país, promovendo novos processos de extermínio indígena, para serem, posteriormente, novamente pressionados pelo grande capital.

Para Luxemburg (1985, p. 275) este processo pode ser sintetizado por meio da seguinte afirmação:

(...) O capitalismo combate e suprime, onde pode, a economia natural, a produção de subsistência e a forma combinada da agricultura com o artesanato; implanta em seu lugar a economia mercantil. O capitalismo necessita da economia mercantil para vender sua própria mais-valia. A produção mercantil é a forma geral, que permite ao capitalismo desenvolver-se. Uma vez expandida a produção mercantil sobre as ruínas da economia natural, inicia-se a luta do capital contra esta última.

Ficam evidenciadas as estratégias do capital que, em seu processo de expansão, busca eliminar todas as barreiras possíveis a sua realização, e ao mesmo tempo objetivando converter massas enormes de camponeses ao consumo imposto pela sociedade capitalista, o que não significa que o faça em sua totalidade; por isso, a própria Rosa Luxemburg (1985) passa a demonstrar as contradições do modo capitalista de produção ao longo de sua realização histórica. De fato, o capital investe pesado e promove um processo de mudança substancial na vida das pessoas, e do campesinato mais especificamente, transformando-o em massa consumidora e, muitas vezes, em força de trabalho para o capital, modificando seus hábitos, necessidades, etc., o que não significa que os destrói completamente.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Referendando esta análise Oliveira (1998) destaca que Rosa Luxemburg constitui-se num dos expoentes no sentido de pensar o desenvolvimento do modo capitalista de produção enquanto contraditório e combinado; assim sendo, ao mesmo tempo em que avança reproduzindo relações especificamente capitalistas, produz igual e contraditoriamente relações camponesas de produção. Ou seja, embora a transforme, não a destrói por completo, mas dela também se apropria como forma de se reproduzir.

Isto é claramente demonstrado pelo pensamento de Luxemburg (1985) apud Bombardi (2004, p. 52), quando destaca que:

Na primeira metade do século XIX, na Inglaterra, a mais-valia saía do processo de produção (...) em forma de tecidos de algodão. Os elementos de sua capitalização porém, eram: algodão, procedente dos estados escravistas da União Americana; os cereais (para os operários) procedentes dos campos russos constituídos de servos da gleba, representando sem dúvida sobreproduto, mas, de modo algum, mais valia capitalista.

O que propúnhamos deixar claro com os exemplos anteriores é o fato de que, pelo menos, a mais-valia destinada à capitalização, e a parte do volume de produtos capitalistas que a ela corresponde, não pode ser realizadas dentro dos meios capitalistas e, necessariamente, buscam sua clientela fora desses meios, em camadas sociais que não produzam segundo a forma capitalista (...)

A própria produção capitalista necessita das relações camponesas (não assalariadas) para se reproduzir, o que, inevitavelmente conduz não a destruição do campesinato, embora este se transforme, mas sua reprodução social. O que pode ser verificado em diversas partes do mundo e no Brasil.

De acordo com Stirling (1979) em estudo sobre comunidades camponesas na Turquia, as relações sociais mais comuns e intensas nessas comunidades são as relações de parentesco, que formam relações fortes e numerosas entre as unidades familiares e os indivíduos, constituindo canais vitais para todo tipo de atividade – econômicas, políticas, religiosas, para a realização dos matrimônios que, por sua



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

vez, forjam novos laços de parentesco. No entanto, o autor já aponta, nestes estudos um determinado nível de diferenciação nas condições objetivas das famílias camponesas, onde “las familias más ricas y urbanizadas tienen una cómoda suficiencia, mientras los más pobres tienen deficientes viviendas y vestidos, y están mal alimentados siempre, a excepción de los años buenos” (p. 32). Os ricos, por sua vez, exercem o poder político na comunidade, tendo participação nos conselhos, etc.

Além disso, Stirling (1979) aponta para a influência da cidade e das atividades não agrícolas nas comunidades camponesas, embora o número de pessoas que se dediquem a estas atividades seja minoria, desempenham as tarefas em tempo parcial, o que se dá pelo fato destes não possuírem a terra ou possuírem em quantidade insuficiente as demandas da família. Para os camponeses a comunidade constitui-se no seu território, e tal denominação vai além de mera área administrativa, sendo o próprio símbolo da identidade camponesa, onde os seus membros estão postos, todo momento, para defender tanto sua reputação como seus territórios²⁷⁰. Tais comunidades, embora apresentem modo de vida e de organização social diferenciados, caracterizados pela reprodução de costumes que são passados de geração em geração, forte vínculo com a terra, etc., acabam estabelecendo contatos com as sociedades urbanas, e vinculando-se, também, a economia de mercado.

O resultado mais direto desse processo são as mudanças vitais definidas por essas relações, pelas mudanças que provocam e que se caracterizam por meio do aumento dos canais de comunicação e nos meios de transportes, sobretudo – que permitem um transporte mais rápido, bem como, a ampliação de serviços públicos tais como: acesso a energia elétrica, educação, saúde, dentre outros, que vai, de certo modo, incrementar a interligação destas comunidades, o que, por sua vez, reflete-se também nas possibilidades de um maior número de informações, que ao

²⁷⁰ Podemos acrescentar, portanto, que o território representa a própria possibilidade de reprodução da vida para estes camponeses, daí o seu apego, seu forte vínculo com a terra.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

passo em que podem provocar mudanças comportamentais, através da ascensão de um modelo de vida urbano (considerado como superior, moderno) *versus* o modo de vida camponês (depreciado, muitas vezes como ultrapassado), pode também, igual e contraditoriamente, favorecer uma articulação política dessa classe social, por meio do contato com outras comunidades, com os movimentos operários ocorridos na cidade, com os movimentos sociais e suas principais formas de luta e reivindicações, etc. No entanto, não se trata simplesmente de considerar a introdução de “valores urbanos” nas comunidades camponesas, mas compreender o avanço das relações capitalistas de produção, e suas novas demandas, em que o campo passa a ser inserido, de forma desigual e combinado, obviamente.

Apesar de toda influencia do modelo urbano-industrial, Stinling (1979) chama atenção para a predominância do forte vínculo dos camponeses com a sua comunidade, sua terra, seu território. “La aldea es, todavia orgullosa; cada aldea cree todavia que es la mejor de todas las comunidades y, como la mayoria de las comunidades rurales, em ocasiones desprecia a la sociedad urbana por corrupta y decadente” (p. 41). Por isso, ainda que os camponeses e seus filhos saiam de suas comunidades por um tempo, muitas vezes em busca de trabalho, geralmente temporários, o seu sonho, seu anseio mais profundo é retornar para a comunidade. A opção em sair da comunidade não se constitui numa mera ilusão com o urbano, mas, sobretudo, por não terem outra alternativa de sobrevivência (por terem pouca terra, perderem suas terras, terem um ano de safra ruim, etc.). É essa forte ligação com a terra e as estratégias desenvolvidas para não saírem ou perderem seus espaços de reprodução social – que potencializa a organização camponesa, inclusive de questionamento a ordem do capital e do Estado.

Outra análise que vem sendo destacada como referência nos estudos dos valores e costumes camponeses é desenvolvida pelo historiador Edward Thompson (1998), que ao centrar esforços no estudo dos costumes que permeiam



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

a cultura²⁷¹ dos trabalhadores (ingleses) nos séculos 18 e 19, destacando o interesse especial e a prioridade concedida ao estudo do “não-econômico”, em detrimento das sanções, trocas e motivações monetárias diretas, também denominada “economia moral”. Destaca ainda que o processo do capitalismo e a conduta não-econômica estão em conflito, como que numa resistência aos novos padrões de consumo, as inovações técnicas e a racionalização do trabalho, que ameaçam desintegrar os costumes. A partir de então passa a defender a tese de que é por meio deste conflito que vai se delineando as formações de classe, bem como a consciência de classe.

As análises de Thompson (1998) passam a influenciar diversos estudiosos brasileiros, e na Geografia em particular, os trabalhos desenvolvidos por Marques (2002) e Bombardi (2002 e 2004).

Buscando destacar a crítica realizada por Thompson às diversas análises sociais pautadas no “reducionismo econômico”, que negligencia toda uma ordem de valores morais, Bombardi (2002) pensando a reprodução social do campesinato no Brasil, mesmo que subordinado ao modo de produção capitalista, e produto das próprias contradições desse modo de produção, busca reafirmar o conceito de camponês e não de agricultor familiar, o que segundo a mesma:

(...) É substancialmente diferente concebermos camponeses ou agricultores familiares quando tratamos com o território como

²⁷¹ Para o autor, no século XVIII, o costume constituía a retórica de legitimação de quase todo uso, prática ou direito reclamado. Por isso, o costume não codificado – e até mesmo o codificado – estava em fluxo contínuo. Longe de exibir a permanência sugerida pela palavra “tradição”, o costume era um campo para a mudança e a disputa, uma arena na qual interesses opostos apresentavam as reivindicações conflitantes. Essa é uma razão pela qual precisamos ter cuidado quanto a generalizações como “cultura popular”. Esta pode sugerir, uma inflexão antropológica influente no âmbito dos historiadores sociais, uma perspectiva ultraconsensual dessa cultura, entendida como: “sistema de atitudes, valores e significados compartilhados, e as formas simbólicas (desempenhos e artefatos) em que se acham incorporados”. Mas uma cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos, que somente sob uma pressão imperiosa – por exemplo, o nacionalismo, a consciência e classe ou a ortodoxia religiosa predominante – assume a forma de um “sistema”. E na verdade o próprio termo “cultura”, com sua invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto. (THOMPSON, 1998, p. 16/17).



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

categoria de análise. Se não se enxergam as relações não é possível ver uma unidade territorial sendo forjada, quanto mais compreendê-la” (p. 08).

Bombardi (2004) destaca três questões fundamentais para a compreensão do significado do conceito de camponês, cujos estudos podem ser classificados (embora, muitas vezes interrelacionados entre si): no plano econômico, no plano político e no plano moral. No âmbito econômico destaca a relevância de estudos voltados a compreensão do campesinato enquanto classe social; no plano político a luta implementada historicamente pelos camponeses pela terra; e no plano moral (que muitas vezes tem sido negligenciado) destaca o que se pode chamar de ordem moral camponesa (retomando os estudos de Thompson como importante referência). Nestas análises paira a interpretação de uma ordem moral diferente daquela imposta pela sociedade de mercado, que prioriza a ordem econômica.

A ordem moral está associada a uma sociedade em que os indivíduos não são concebidos separadamente, em que fazem parte de um todo e, este, igualmente, também não é concebido como a soma de cada indivíduo, mas, ao contrário, pela relação que se estabelece entre todos os membros que o formam. Nesta visão de mundo, expressa na ordem moral, não cabe uma concepção “atomizada” de sociedade, ou seja, todos os indivíduos de uma comunidade são co-responsáveis uns pelos outros. (BOMBARDI, 2002, p. 05).

Trata-se de uma ótica completamente diferente da sociedade capitalista, baseada nas relações de mercado e da geração da mais-valia, como forma de garantia do lucro – que lhes permita sua reprodução social. Portanto, pode-se concordar com o fato desta “ordem moral” priorizar o ser, a pessoa, e não a mercadoria.

Por outro lado, é *mister* destacar que não se trata de uma perspectiva individualista, que separe as sociedades camponesas de todo um contexto econômico e político que o envolve, e muitas vezes o subordina. Também não se



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

trata de supervalorizar o que se considera ordem moral, perdendo, portanto, a dimensão da totalidade (onde econômico, político e moral são indissociáveis e assim deve ser compreendidos). Uma associação que não nos fica muito clara em Thompsom, sobretudo quando destaca que:

Isso, por sua vez, tinha como fundamento uma visão consistente tradicional das normas e obrigações sociais, das funções econômicas peculiares a vários grupos na comunidade, as quais consideradas em conjunto, podemos dizer que constituem a economia moral dos pobres. (...) Embora essa economia moral **não possa ser descrita como “política”** em nenhum sentido mais avançado, **tampouco pode ser descrita como apolítica** (grifos nossos), pois supunha noções definidas, e apaixonadamente defendidas, do bem-estar comum – noções que na realidade encontravam algum apoio na tradição paternalista as autoridades; noções que o povo, por sua vez, faziam soar tão alto que as autoridades ficavam, em certa medida, reféns do povo. (THOMPSON, 1998, 0p. 152).

Embora se considere a relevância dos valores camponeses, ou da ordem moral camponesa, é fundamental, e indispensável, que se considere que, não se trata de dar supremacia a uma ou outra dimensão, o que para nós redundaria numa visão fragmentada da realidade. Ao passo que se deve considerar os valores camponeses, não se devem desprezar que esses só tem sentido se inseridos no movimento geral da sociedade; portanto, não se tratam de comunidades isoladas, colocadas acima do bem o do mal, mas inseridas num contexto contraditório do desenvolvimento do modo capitalista de produção, e só assim podem ser entendidas.

Além disso, é significativo, resgatar a dimensão política (ou âmbito político, segundo Bombardi), sobretudo se estamos analisando o campesinato brasileiro, que tem na luta pela terra o principal viés de sua reprodução social, onde a articulação política que ultrapassa os limites da comunidade se faz indispensável.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Desta forma, há que se considerar a ação política do campesinato enquanto classe social, já que somente por meio dessa luta é possível se pensar na superação do modelo desumano imposto pela sociedade do capital. Assim sendo, retoma-se a relevância da luta pela consciência de classe, sem a qual o enfrentamento a lógica do capital se faz impossível. Tão logo, não se trata da supremacia da ordem moral camponesa, nos estudos sobre o campesinato, mas de considerá-la enquanto uma dimensão fundamental, mas não única para aqueles que se propõem a estudar essas sociedades.

Na análise de Thompsom (1998), fica subentendida a capacidade de organização política da classe camponesa, como se a tendência a permanência dos valores camponeses pudesse acontecer naturalmente, “*a priori*”, e não por meio de uma ação política, de enfrentamento à ordem do capital.

No Brasil, ainda na década de 1960, o campesinato foi pesquisado por Antonio Cândido (2003), que dedicou décadas de sua trajetória acadêmica ao estudo realizado sobre o caipira paulista e as transformações assistidas pelos seus meios de vida, com destaque ao estudo realizado na fazenda Nova Aliança, localizada no município de Bofete/SP, transformando-se, posteriormente, em leitura obrigatória para os pesquisadores do campesinato no Brasil, influenciando os trabalhos de Woortman (S. D.), Marques (2002), Bombardi (2002), Mariano (2001), dentre outros. A análise de Mariano (2001) enfoca as transformações da vida do caipira, frente ao processo de “modernização”. Para ela:

A rusticidade dos meios de vida, presente na cultura caipira é um exemplo dessa marginalização. A cultura era independente do mercado, independente da mídia, independente das leis que buscavam o progresso porque se auto sustentava, porque era isolada numa economia fechada. Antonio Cândido (1987) mostra que a economia de mercado, já na década de 1950, começa a se inserir no meio rural, em um agrupamento de caipiras, fazendo-se aos poucos, cada vez mais necessária ao seu modo de vida. (p. 08).



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

O caipira²⁷² paulista pode ser entendido como a denominação do camponês utilizada nessa região, assim como em outros locais do Brasil adquire novas denominações. No semi-árido Nordeste, por exemplo, é mais utilizado o termo sertanejo, ou nas áreas de predomínio de vegetação de caatinga, caatingueiro. Nas áreas de mata, é comumente denominado mateiro, assim como pode corresponder aos povos da floresta do Norte do país, os colonos do Sul, dentre outras denominações.

Para conhecer o meio de vida de um grupo de caipiras paulistas Antonio Cândido (2003) retoma os estudos desenvolvidos por Reidfield (1947 e 1953), no que se refere às culturas camponesas que resgata a expressão de Alfred Kroeber – caracterizadas enquanto uma “sociedade parcial dotada de cultura parcial”. Resgata ainda a relação de equilíbrio que, no geral, caracterizam os meios de vida e a sociabilidade das comunidades caipiras (camponesas) por ele estudadas, demonstrando, por outro lado, a mudança no ritmo da relação que se estabelece entre o homem e o meio, reflexo da ação desse último na dimensão do tempo. Para ele:

De fato, o desenvolvimento do tempo como duração social incorpora o espaço à história dos grupos e evidencia os diferentes aspectos da solidariedade de ambos. O espaço se incorpora à sociedade por meio do trabalho e da técnica, que o transformam sem cessar e o definem por assim dizer, a cada etapa da evolução, fazendo com que ‘o mundo sensível (possa ser concebido) como a atividade sensível total e viva dos indivíduos’²⁷³ (CÂNDIDO, 2003, p. 30).

O autor não deixa de destacar o fato de que certas culturas resolvem de maneira mais satisfatória que outras os problemas de ajuste ao meio e às transformações sociais; muito embora estas não possam ser compreendidas separadamente do conjunto das “reações culturais”, desenvolvidas sob o estímulo

²⁷² Que para Antonio Cândido (2003) representa “um modo de ser, um tipo de vida, nunca um tipo racial” (p. 28).

²⁷³ Com base em MARX, Karl. **Oeuvres philosophiques**, vol VI, p. 164.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

das “necessidades básicas”. (p. 35). Entretanto, à medida que as fontes de abastecimento vão se modificando ou ampliando, como ocorre num processo “civilizatório” (quando novas demandas se impõem) vamos assistindo uma significativa transformação nas atividades desenvolvidas pelos grupos sociais. “O que era básico se torna acessório, o acessório se torna básico, e vemos um meio de subsistência tornar-se atividade lúdica, dando lugar a uma constelação inteiramente renovada” (Idem, p. 38).

Na Antropologia diversos autores brasileiros vêm buscando se debruçar sobre os estudos das comunidades camponesas, com destaque ao viés que enfatiza o resgate dos valores, dos modos de vida, ou seja, da toda uma forma de organização social que caracteriza a vida dessas comunidades, onde uma das principais referências é Klaas Woortmam e o estudo da ordem moral camponesa. Tal autor influencia os estudos de Ellen Woortman (S. D. e 2004), Carlos Brandão (2004), bem como geógrafos como Marta Inês M. Marques (2004), Larissa Bombardi (2002) e outros.

Para Ellen Woortman (S.D.) o estudo do campesinato, e mais apropriadamente do campesinato brasileiro, o que denomina “mundo camponês” tem sido abordado predominantemente pelos sociólogos, economistas e historiadores, sendo a antropologia e demais ciências sociais profundamente influenciadas por estas análises, que, no seu modo de entender, acabavam por priorizar os estudos voltados à produção ou a relação estabelecida entre os camponeses e outros grupos sociais, sendo colocado em segundo plano o estudo sobre o parentesco – que para E. Woortmam é tão significativo como a própria organização social e produtiva na vida das comunidades camponesas. Neste propósito, estabelece críticas às teorias do campesinato, especialmente as análises do russo A. Chayanov, “que não levam em consideração a dimensão do parentesco



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

como organizador social e como elemento central na reprodução social do campesinato” (WOORTMAN, S.D, p. 15)²⁷⁴.

Para a autora, torna-se fundamental mergulhar nas relações sociais travadas nessas comunidades cujo papel das relações familiares são fundamentais, no tratamento com a terra, na reprodução dos valores camponeses, nos laços de solidariedade, etc. Assim sendo, “a terra é vista, portanto, não apenas como fator de produção, mas como patrimônio, isto é, como um valor moral. A família é vista como uma continuidade entre gerações, e este é um ponto importante para o entendimento das relações de parentesco camponesas, seja do ponto de vista da sucessão, seja do ponto de vista das trocas matrimoniais”. (Idem, p. 18).

Num outro momento, E. Woortman (2004) chama atenção de outros “valores” fundamentais à compreensão da ordem moral camponesa, a exemplo da relação estabelecida entre Deus (a religiosidade), o homem e a natureza, um verdadeiro triângulo indissociável, que para ela, trata-se de uma percepção moral da relação com a terra e entre os homens²⁷⁵. Neste triângulo aponta a existência da reciprocidade entre os três vértices do triângulo – que expressa o cuidado e o respeito do homem com a terra, com os limites que ela estabelece e a crença as determinações divinas, como as chuvas, por exemplo. Observa ainda a relação entre a organização do sítio camponês e as necessidades da família (de acordo a composição da mesma: crianças, idosos, doentes, gestantes, etc.) – que influencia, sobremaneira, o que plantar, e que expressa à lógica simbólica da lavoura camponesa com base numa “ética de equilíbrio”. Os camponeses “são como que

²⁷⁴ Apesar de não nos considerarmos especialista na obra do russo Alexander Chayanov, cujos estudos analisou a economia camponesa na Rússia, em finais do século 19 e nas primeiras décadas do século 20, não podemos concordar, completamente, com as críticas levantadas por Woortmam (S.D.) ao referido autor tendo em vista que mesmo priorizando os aspectos referentes a economia camponesa, um dos aspectos centrais da análise do autor era justamente o tamanho da família, fundamental, inclusive, em todo planeamento do trabalho realizado.

²⁷⁵ Rememorando, para tanto, o trabalho desenvolvido por ela mesma, intitulado O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa; a análise de Klaas Woortman “Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral, que segundo ela representa o que Carlos Brandão (2004) aponta como *ethos* camponês.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

gerentes da natureza pelo trabalho, o que me leva a outra dimensão da ética camponesa” (p. 136). Deixa isso claro, na citação abaixo:

Perguntei a um sitiante se seu pai era proprietário da terra. A resposta foi não, o que me deixou um tanto confusa, pois eu sabia que existiam documentos que atestavam a propriedade. E o sitiante me disse: ‘a senhora quer saber se ele era dono, não é?’. Proprietário é uma categoria aplicada aos grandes fazendeiros que auferem lucros com o trabalho dos outros. Seu pai era dono ‘porque trabalhou a terra e deixou ela para os filhos. Há vários significados envolvidos nessa afirmação. Nos termos dos valores camponeses se é *dono* por efeito do *trabalho*. Essa concepção tem um fundamento que podemos chamar de bíblico. A sina do homem é trabalhar. Se Deus deu a natureza para ser usada pelo homem, este tem a obrigação de trabalhá-la. Por isso mesmo, é pelo trabalho que se tem direito à terra”. (WOORTMAN, 2004, p. 136/137)

Neste princípio a terra não é, ou pelo menos não deveria ser, propriedade mercantil de um indivíduo, mas patrimônio de uma família – que precisa trabalhá-la²⁷⁶. Embora se verifique um forte conteúdo religioso²⁷⁷, que, no geral, permeia a relação da família camponesa com a terra – condição fundamental de reprodução social por meio do trabalho, não se pode confundir este trabalho – quando a própria família se apropria do que produz, com o trabalho sobre as condições das relações capitalistas de produção, com base no trabalho assalariado – onde o

²⁷⁶ Neste aspecto, caímos, novamente, na velha questão: a terra camponesa reproduz o mesmo princípio da propriedade individual (privada)? É preciso que se considere que a lógica camponesa difere da lógica capitalista, cujo objetivo central é o lucro, assim como, do latifundiário, cujo controle de amplas porções de terra se faz mediante o interesse de garantir a extorsão da renda da terra. Contudo, a terra camponesa, embora não vinculada aos princípios jurídicos da propriedade privada não possui os mesmos princípios defendidos pelos teóricos socialistas, que pregam a socialização dos meios de produção, dos instrumentos de trabalho e da terra. Na racionalidade camponesa existe sim, um apego a terra, a terra da família, enquanto possibilidade de garantir a vida, o trabalho. Assim sendo, numa situação de transformação estrutural que conduza a sociedade a um modo de produção socialista, estas especificidades deverão ser observadas, não necessariamente mantidas, mas, em qualquer instância, qualquer processo de transição, em direção a coletivização, deverá acontecer de forma gradativa, produto de um amadurecimento político, e não de forma brusca, forçada.

²⁷⁷ Um exemplo típico dessa relação pode ser observado no Nordeste Brasileiro, nas regiões semi-áridas, onde os camponeses desenvolvem a agricultura de sequeiro, onde todo planejamento da produção depende das chuvas. Neste caso, a crença camponesa deposita todas as suas esperanças no “tempo das águas” que coincide, mais ou menos, com o meado e o fim do mês de março, tão logo, próximo do dia do santo católico São Pedro. É comum, nesse período, a realização de simpatias, novenas, missas, etc. nas quais os “devotos” pedem ao santo para mandar as chuvas, a fim de que a plantação possa “vingar”, ou seja, se desenvolver.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

trabalhador apenas vende sua força de trabalho, e os resultados do trabalho não é apropriada por ele, mas por outros, nesse caso, pelos proprietários da terra. Compreende-se, portanto, a importância da posse da terra para a família camponesa, condição indispensável a sua reprodução social.

Na terra camponesa predomina um cultivo diversificado, cujas variedades de um mesmo produto, a exemplo da mandioca, podem vir a representar uma estratégia de permanência camponesa – já que uma pode ser mais resistente a períodos mais secos, próprias a determinados tipos de solo, as pragas ou mesmo ter melhor valor comercial (o que permite a venda, geralmente nas feiras, e a compra dos produtos que não possuem). Contudo, é preciso que se considerem as tentativas do capital de se apropriar da força de trabalho camponesa, e inseri-los nos grandes projetos de capital, buscando impor uma lógica diferenciada da racionalidade camponesa, com base na manutenção da família e na permanência de valores comunitários, solidários, etc., que em muito se diferenciam da ótica individualista do capital.

Por tudo isso, Woortman (2004) acrescenta que o camponês não é “obtuso”, resistente as mudanças; mas é cauteloso, não pode colocar em jogo a reprodução família. Por isso afirma que “para entender o mundo camponês é necessário realizar o que GEERTZ (1975) chamou de ‘descrição densa’, é preciso acompanhar o sitiante na roça” (p. 141). Para que assim, se possa levantar o cabedal de conhecimentos camponeses e suas práticas, bem como respeitá-los e fazê-los respeitar frente a outros projetos que tentam se tornar hegemônicos.

Com base nos estudos de Klaas Woortman (1990), Carlos Brandão (2004)²⁷⁸ passa a destacar a importância da campesinidade enquanto categoria analítica que permita adentrar no universo dos camponeses. Para ele, não se trata

²⁷⁸ Em palestra apresentada durante o II Simpósio Nacional de Geografia Agrária, I Simpósio Internacional de Geografia Agrária, realizado na Universidade de São Paulo no período de 5 a 8 de novembro de 2003, posteriormente organizado e publicado in: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros. (Orgs.). **O campo no século XXI. Território de vida, de luta e de construção da justiça social.** São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

de um tipo ideal de matriz weberiana, mas de uma visão que respeita a diferença, destacando que:

Há uma presença de *ethos*, de identidade, e de modo de ser na relação com a natureza, com os nossos e com os outros, que não só tem uma certa universalidade – lemos e ficamos sabendo como se vive na Bolívia, na Colômbia, em Cuba, na Rússia do passado e do presente, e há sempre um fio condutor mais ou menos identitário – como também o fato de esse *ethos*, de essa identidade preservarem valores afetivos que consideramos, de alguma maneira, perdidos. (p. 124).

Na Geografia, a análise desenvolvida por Marques (2004, p. 145), ao discutir um lugar para o modo de vida tradicional na modernidade, considera o modo de vida camponês como:

(...) Um conjunto de práticas e valores que remetem a uma ordem moral que tem como valores nucleantes a família, o trabalho e a terra. Trata-se de um modo de vida tradicional, constituído a partir de relações pessoais e imediatas, estruturadas em torno da família e de vínculos de solidariedade, informados pela linguagem de parentesco, tendo como unidade social básica a comunidade.

No entanto, é preciso que se considere a ação modernizadora do Estado e o incentivo as mudanças técnicas, que se viabiliza a partir da substituição das lavouras de subsistência pelo crescimento de sementes forrageiras, e outras; ocasionando a expulsão das famílias que tem na terra sua principal condição de reprodução. O camponês vai se vendo cada vez mais comprimido e, em determinados momentos, acaba não tendo alternativa a não ser vender, temporariamente, sua força de trabalho, como forma de não perder a condição de camponês. Aos que não conseguem sobreviver, o destino acaba sendo o processo de proletarização, sobremodo, nas cidades, onde também vivencia o confronto com novos valores. Por isso, Marques (2004, p. 151) acrescenta ainda que:



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Em meus estudos, ora encontrei um “mundo camponês” sendo invadido por um conjunto de mudanças e forçado a se ajustar a eles, para se reproduzir enquanto tal, ora a campesinidade surge como um projeto de vida para trabalhadores sem terra do campo e da cidade, tornando-se realidade por meio da luta e a partir de sua reprodução contraditória no seio da sociedade moderna.

Destaca que os estudos realizados, em diversas áreas do conhecimento, a respeito da sociedade e o campo brasileiro seguem perspectivas que, embora não completamente díspares, apresentam concepções diferenciadas em termos de abordagem. Assim, nos estudos desenvolvidos por Caio Prado, Euclides da Cunha, Manuel Correia de Andrade, Orlando Valverde, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Antônio Cândido e outros – que se referem ao caboclo, ao caipira, ao sertanejo e ao camponês – é visível a identificação desses enquanto personagens que dentro de uma sociedade nacional parecem apresentar um modo de vida que se organiza por meio de relações sociais específicas; portanto, a reprodução dessas culturas camponesas são explicadas pela condição de relativo isolamento em que vivem tais populações.

Por outro lado, autores como José de Souza Martins e Ariovaldo Umbelino de Oliveira passam a defender que a sobrevivência do campesinato na sociedade capitalista não se dá por conta de seu isolamento, mas, pelo contrário, acontece pelas próprias condições contraditórias em que as relações capitalistas se desenvolvem no Brasil, em que a produção camponesa vem sendo recriada através de diferentes situações, no intuito de integrá-la ao mercado e a economia capitalista.

Constatada essas diferentes concepções, Marques (2004, p. 152) arremata que:

O campesinato é uma classe social que se insere na sociedade capitalista de forma subalterna. Ela é caracterizada por uma



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

organização social específica que ora serve aos interesses capitalistas, ora lhes é contraditória. O modo de vida camponês apresenta simultaneamente uma relação de subordinação e estranhamento com a sociedade capitalista. Se, por um lado o mercado domina o campesinato, por outro não o organiza.

O trabalho camponês se realiza de forma mais autônoma (se comparado ao trabalho assalariado), já que o que ele vende ao capital é o fruto do seu trabalho, transformado em mercadoria, diferente do trabalhador “livre” (assalariado) que é a própria mercadoria, que vende não sua produção, mas sua própria força de trabalho, estando completamente subordinado ao modo de produção capitalista. O camponês – embora subordinado ainda apresenta uma certa autonomia do seu ser social.

Não se pretende com a retomada dessas análises optar por uma interpretação ou outra, na verdade, o que se busca é a compreensão do mundo do camponês, ainda que assumindo a perspectiva de pensar sua reprodução social nas contradições do desenvolvimento do modo de produção capitalista. Apesar disso, não se pode desprezar a compreensão de todo universo simbólico camponês, baseados em valores que divergem, completamente, da ótica capitalista, e, por isso mesmo, pode vir a ser uma possibilidade de se pensar na negação do discurso e das práticas do capital, no seu movimento de reprodução. Contudo, não se trata aqui de reforçar uma dimensão simbólica ou cultural dissociada de uma prática social, mas que constitui-se numa importante dimensão para aqueles que estudam o campesinato, e vêem, nas diversas experiências de suas permanências, ou mesmo resistências, possibilidades de se pensar um campo onde o trabalhador possa viver do produto do seu trabalho, e onde o diferente possa ser respeitado em sua totalidade. Assim, vemos possibilidades de uma crítica contundente aos projetos do capital, que tentam se apropriar do campo, desprezando os sujeitos sociais que historicamente trabalharam e se reproduziram nesses espaços.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

A par das leituras realizadas, e reconhecendo a importância dos valores camponeses, em uma economia de mercado, não se pode perder a dimensão estrutural do movimento de realização do capital, nos diversos territórios. Assim sendo, não basta apenas a análise da preservação de determinados valores camponeses. Há que se considerar a força do capital e a forma como este vêm impondo sua lógica às diversas comunidades camponesas (o que além de afetar seus valores morais, constituem-se em uma ameaça concreta a sua reprodução social – mediante perda da terra ou sujeição da renda camponesa ao capital). Isso significa que, para além da preservação dos valores, há que se lutar para a preservação da existência social – pela terra, pelo trabalho e pela família. Portanto, não se trata de uma luta individual, ou no máximo familiar, mas uma luta coletiva – de uma classe. Acredita-se que o estudo do modo de vida, embora relevante, não dá conta da luta política que os camponeses precisam travar para se produzir, o que requer um posicionamento frente aos projetos do capital – um enfrentamento entre classes sociais, cujos exemplos se multiplicam em diversos países do mundo, com destaque a América Latina.

CONCLUSÕES

Ao retomar os estudos sobre os valores camponeses, na busca de compreender a reprodução social desse sujeitos, dessa classe social, no campo brasileiro reafirma-se que esses se reproduzem nas contradições do modo de produção capitalista, enquanto modo dominante, mas que, ao mesmo tempo, ao resistirem no campo conseguem reproduzir os valores camponeses, tão diferenciados dos valores impostos pelo sistema societal vigente, pautado no individualismo, na competitividade, na reprodução ampliada do lucro. Ao evidenciar a reprodução do campesinato, reafirma-se, também, a reprodução dos



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

valores pautados no apego à terra de trabalho, e do trabalho realizado, predominantemente, para a reprodução social da vida.

Assim, torna-se evidente compreender os encontros entre lógica de mercado, ou terra de negócio, que define a forma capitalista de se apropriar do campo versus a lógica camponesa, a terra utilizada com o princípio básico da reprodução da vida. São esses projetos diferenciados e que se pode, facilmente, verificar no campo brasileiro. Ressalta-se ainda que além das experiências diversas de permanência camponesa, a luta pela terra assume fundamental para se compreender a reprodução do campesinato, enquanto classe social e os encontros que essa classe terá que fazer para se sobrepor à lógica do agronegócio, que busca se tornar dominante.

REFERÊNCIAS

- BOMBARDI, Larissa Mies. *O Bairro Reforma Agrária e o Processo de Territorialização Camponesa*. São Paulo: Annablume, 2004.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Sobre a tradicionalidade rural que há em nós. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros. (Org.). *O campo no século XXI. Território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.
- CÂNDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Duas Cidades, 2003. (Coleção Espírito Crítico).
- _____. A luta e a palavra. In: ARELLANO, Alejandro Buenrostro y; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (Org.). *Chiapas. Construindo a Esperança*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 380p.
- CARVALHO, Horácio Martins de. *O Campesinato no Século XXI*. Possibilidades e Condicionantes do Desenvolvimento no Campo Brasileiro. São Paulo: Vozes, 2005.
- _____. Sobre a Teoria dos Sistemas Econômicos não Capitalistas. In: *A Questão Agrária*, Org. José Graziano e Verena Stolcke. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. *A Questão Camponesa: o signo sob o olhar dialético*. 1991. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, São Cristóvão, Sergipe, 1991.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

- LUXEMBURG, Rosa. *A Acumulação do Capital. Contribuição ao Estudo Econômico do Imperialismo*. Apresentação de Paul Singer; traduções de Marijane Vieira Lisboa e Otto Erich Walter Maas. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os Economistas).
- MARIANO, Neusa de Fátima. *Fogão de Lenha – Chapéu de Palha. Jauenses Herdeiros da Rusticidade no Processo da Modernização*. Dissertação de Mestrado. Pós-Graduação em Geografia. Universidade de São Paulo, 2001.
- MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. In: *Revista Terra Livre*, São Paulo: AGB, ano 18, n.º. 19, Jul-dez, 2002. p. 95-112.
- _____. Atualidade do conceito de camponês. *Anais do XII Encontro Nacional de Geógrafos*. João Pessoa/PB, 2002a.
- _____. Lugar do modo de vida tradicional na modernidade. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros. (Org.). *O campo no século XXI. Território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.
- MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. São Paulo: Vozes, 1981.
- _____. *O Cativo da Terra*. 7ª ed. São Paulo: Hucitec, 1998. 157p.
- MENDRAS, Henri. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *As Transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro*. Prova do Concurso para provimento de cargo de Professor Titular. FFLCH-USP, 03/03/1998.
- _____. *A agricultura Camponesa no Brasil*. 4ª ed. – São Paulo: Contexto, 2001. 164p.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros. (Org.). *O campo no século XXI. Território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.
- SANTOS, José Vicente Tavares. *Colonos do Vinho*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- SHANIN (Comp.). *Campesinos y sociedades campesinas*. Tradução de Eduardo L. Suarez. México: Fondo de Cultura Económica, 1979. 404pp. (El Trimestre Económico. Lecturas, 29).
- SHANIN, Teodor. *A definição de Camponês: Conceituações e Desconceituações*. In: *Cadernos Cebrap*, São Paulo, 1980.
- _____. *La Classe Incomoda*. Madrid: Alianza Editorial, 1993.
- _____. *Os desafios futuros para o campesinato*. Conferência realizada durante o III Simpósio Internacional de Geografia Agrária, IV Simpósio Nacional de Geografia Agrária e Jornada Orlando Valverde – Campesinato em Movimento. Londrina, 14 de outubro de 2007.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- WOLF, Eric. *Las luchas campesinas del siglo XX*. México, Siglo XXI, 1972.
- WOORTMAN, Ellen Fensterseifer. *Colonos e sitiantes: um estudo comparativo do parentesco e da reprodução social camponesa*. Tese (Doutorado em Antropologia). Departamento de Antropologia. Universidade de Brasília. (S.D.).



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

_____. O saber tradicional camponês e inovações. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros. (Org.). *O campo no século XXI. Território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.